

LEI Nº 1.772, DE 31 DE MARÇO DE 2025.

**“INSTITUI A CONTRATAÇÃO DE JOVEM APRENDIZ
NAS EMPRESAS QUE PRESTEM SERVIÇOS DE
TERCEIRIZAÇÃO À PREFEITURA DE BALSAS, E
ADOta OUTRAS PROVIDÊNCIAS”.**

O PREFEITO MUNICIPAL DE BALSAS, ESTADO DO MARANHÃO, no uso de suas atribuições legais e constitucionais, faço saber que a Câmara Municipal de Balsas, Estado do Maranhão aprovou e EU sanciono e promulgo a seguinte Lei:

Art. 1º As empresas que prestam serviços terceirizados à Prefeitura de Balsas, abrangendo a administração direta e indireta, incluindo autarquias, empresas públicas, sociedades de economia mista e fundações, ficam obrigadas a contratar adolescentes e jovens deste município.

Art. 2º O percentual dessas contratações não poderá ser inferior a 15% (quinze por cento), sendo considerado percentual superior sempre que houver dígito decimal acima ou igual a 05 (cinco), do montante de funcionários da empresa.

Parágrafo Único. No caso da empresa terceirizada possuir no seu quadro funcional quantidade inferior a dez e mais de cinco funcionários, a referida empresa deverá empregar no mínimo um jovem aprendiz para atender o disposto no caput supracitado.

Art. 3º Aprendiz é o maior de 14 (quatorze) anos e menor de 24 (vinte e quatro) anos, que celebra contrato de aprendizagem nos termos do art. 428 da Consolidação das Leis do Trabalho – CLT.

Parágrafo Único. O trabalho do menor não poderá ser realizado em locais prejudiciais à sua formação, ao seu desenvolvimento físico, psíquico, moral e social e em horários e locais que permitam a frequência à escola.

Art. 4º Para ocupação dessas vagas disponíveis o jovem aprendiz deverá atender às seguintes condições:

I - Ter idade maior ou igual a 14 (quatorze anos) e menor ou igual a 24 (vinte e quatro anos);



II - Matrícula e frequência do aprendiz à escola na rede pública municipal ou estadual (regular e supletivo ou especial), ou bolsista integral da rede privada, caso não haja concluído o ensino fundamental, e/ou inscrição em programa de aprendizagem;

III - Não manter qualquer tipo de vínculo empregatício ou de prestação de serviço formal;

IV - Comprovar ser residente no Município.

Art. 5º Havendo necessidade de mão de obra especializada, a empresa contratada poderá exigir do beneficiado certificado de qualificação devida à função, sem prejuízo para o cumprimento desta Lei.

Art. 6º O contrato de aprendizagem extinguir-se-á no seu termo ou quando o aprendiz completar 24 (vinte e quatro) anos, ou ainda, antecipadamente, nas seguintes hipóteses:

I - Desempenho insuficiente ou inadaptação do aprendiz;

II - Falta disciplinar grave;

III - Ausência injustificada à escola que implique perda do ano letivo;

IV - A pedido do menor aprendiz.

Art. 7º As férias do aprendiz devem coincidir, preferencialmente, com as férias escolares.

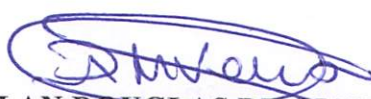
Art. 8º A fiscalização e monitoramento do disposto nesta Lei competirá ao órgão que contratou a empresa terceirizada ou outro estabelecido pelo Poder Executivo Municipal.

Art. 9º O Poder Executivo autorizado a regulamentar a Presente Lei no que couber, via Decreto.

Art. 10. Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação, revogando as disposições em contrário, sem prejuízo das disposições contidas na Lei Nacional de Aprendizagem, Lei nº 10.097/2000.

Mando, portanto, a todas as autoridades a quem o conhecimento e execução da presente Lei pertencerem, que a cumpram e façam cumprir, tão inteiramente como nela se contém. O Excelentíssimo Senhor Chefe de Gabinete, a faça publicar, registrar e correr.

GABINETE DO PREFEITO DE BALSAS, ESTADO DO MARANHÃO, EM 31 DE MARÇO DE 2025.



ALAN DOUGLAS DE OLIVEIRA

Prefeito Municipal de Balsas

